

DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS¹

MARCELO NATIVIDADE²

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Núcleo de Pesquisa e Extensão da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) pela oportunidade de participar desse encontro. O tema sugerido para essa Conferência, “Diversidade e Direitos Humanos”, é muito amplo, multifacetado e implicado em várias discussões políticas muito relevantes na atualidade. Vou falar sobre ele partindo de minha experiência como coordenador de um projeto de extensão na *Universidade Federal do Ceará* (UFC), na interface educação e direitos humanos e também a partir de um interesse acadêmico sobre o modo como diferenças tem sido socialmente construídas e significadas na atualidade em densas relações de poder. Isso implica em dizer que essa fala é interessada em discutir o modo como nossa sociedade tem tratado fenômenos como o racismo, a violência contra mulher, a exclusão de pessoas com deficiência, a cidadania de lésbicas, gays, travestis e transexuais (LGBTs), o preconceito contra as pessoas que vivem com HIV/AIDS, a luta dos movimentos pela terra e das comunidades quilombolas, a situação das crianças, jovens e pobres em nosso país. Quando falamos em direitos humanos ‘como cidadania’, falamos em defesa de minorias, de pessoas e grupos que se encontram em desvantagem social, em populações excluídas, vulneráveis, estigmatizadas e marginalizadas. É sobre esse assunto que convido vocês a pensar nessa conversa, ao relatar minha experiência em um projeto de extensão.

Em fevereiro de 2012 fui convidado pela direção do Instituto UFC Virtual para coordenar uma capacitação de professores da rede pública, em 20 municípios do Estado do Ceará. O Projeto Educação em Direitos Humanos é um curso de aperfeiçoamento semipresencial de 200 horas. 1.200 professores do ensino fundamental e médio fizeram sua inscrição. Desse total, 475 professores iniciaram o curso e, agora, acabamos de aprovar 444 cursistas. Esses números refletem a especificidade de um curso à distância, cujos índices de evasão são altos por múltiplos fatores, mas também nos levam a pensar sobre as resistências que algumas pessoas apresentam a uma discussão específica sobre direitos humanos seja na educação, seja em qualquer outro campo de atuação como a saúde, a segurança pública, a assistência social. Essas resistências refletem o modo a ‘diferença’ é objeto

1 Palestra de abertura do V Encontro de Pesquisa e Extensão da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF) “Diversidade e Direitos Humanos”, realizada no dia 27 de novembro de 2012, em Sobral-CE.

2 Pós-Doutor em Antropologia Social pelo *Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). Doutor em Antropologia Social pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). Mestre em Ciências Humanas e Saúde pela *Universidade do Estado do Rio de Janeiro* (UERJ). Graduado em Comunicação Social pela *Universidade do Estado do Rio de Janeiro* (UERJ). Graduado em Ciências Sociais pela *Universidade do Estado do Rio de Janeiro* (UERJ). Professor adjunto do Curso de Ciências Sociais da *Universidade Federal do Ceará* (UFC). E-mail: marcelonatividade@hotmail.com

de desqualificação cotidianamente na sociedade brasileira. Elas exemplificam dinâmicas de exclusão que naturalizamos. Mas cujo estranhamento deve levar a questionar o modo como são produzidos estereótipos e imagens negativas de pessoas e grupos que hoje podemos qualificar como minorias. O que devemos sempre indagar é quais os efeitos e impactos dessas representações e percepções negativas na vida dessas pessoas? Como a vida delas é afetada por tratamentos cotidianos diferenciados em razão de sua ‘diferença’? Como podemos construir práticas e discursos que contribuam para a equidade de direitos e cidadania? Quais as nossas responsabilidades, como educadores, acadêmicos, profissionais de diversas áreas disciplinares na construção de uma vida social mais democrática, igualitária e cidadã?

Vamos falar mais sobre nossa experiência. O projeto em questão contou com uma equipe de 25 pessoas: um coordenador, três assistentes de coordenação, um bolsista e 22 professores formadores. Na fase de avaliação foram integrados mais dois pesquisadores, que trabalharam na análise dos registros que a experiência gerou. Vamos pensar aqui sobre alguns dos desafios que temos encontrado ao olhar criticamente para esses registros e no processo de avaliação do projeto.

Uma das maiores preocupações foi definir, problematizar, discutir o que estávamos chamando de Direitos Humanos e de “Educação em Direitos Humanos”. Produzimos um material didático específico, que nos ajudou a criar alguns consensos. Convidamos os professores - nossos alunos e alunas - a pensar se/ como a escola refletia um espaço de exercício de cidadania ou de exclusão. Isso foi feito através de debates teóricos, conceituais e através da discussão de casos de violação de direitos, a partir de recortes de imprensa ou reportagens de mídia.

Durante o processo um passo importante foi apresentar os documentos normativos que orientam a prática pedagógica na Educação em Direitos Humanos. A experiência nos mostrou que boa parte dos educadores desconhecia a existência do Programa Nacional em Direitos Humanos (em suas três versões, o PNDH 1, o PNDH 2 e o PNDH 3), do Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Desconheciam também que o Brasil é signatário de importantes documentos internacionais que são compromissos com a implantação de políticas públicas de erradicação da violência e da discriminação contra diferentes minorias.

Um importante marco é o Documento Princípios de Yogyakarta – assinado pelo Brasil em 2006. Esse acordo internacional foi formulado por 29 especialistas em direitos humanos de 25 países que se reuniram em Yogyakarta, na Indonésia. O objetivo era garantir a aplicação da legislação internacional de direitos humanos às violações ligadas ao preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O documento consolidou recomendações de que os Estados desenvolvessem programas de educação para promover o pleno gozo de todos os direitos humanos, por todas as pessoas, não importando sua orientação sexual ou identidade de gênero. O documento preconiza a

execução de ações que promovam o acesso mais igualitário aos sistemas de saúde, educação, justiça, segurança e outros.

Já o PNDH-3 – na Diretriz 10, Garantia da igualdade na diversidade - propunha a realização de ações educativas para a desconstrução de estereótipos relacionados às diferenças étnico-raciais, etárias, de identidade e de orientação sexual, de pessoas com deficiência ou segmentos profissionalizantes socialmente discriminados. Levar esses documentos normativos ao conhecimento dos professores e professoras foi um passo essencial para desconstruir a visão de que não existe respaldo do Poder Público para ações em defesa dos direitos humanos na escola. Tomamos assim como tarefa a construção de um debate que estivesse voltado para a proteção de minorias sociais. Nosso curso se voltou para a discussão das violações dos direitos das populações mais vulneráveis como as mulheres, as comunidades indígenas, as classes mais baixas, pessoas obesas e as pessoas com deficiências, populações negras e ciganas, pessoas com HIV-Aids, minorias religiosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Quando falamos em vulnerabilidade estamos querendo dizer que algumas pessoas enfrentam cotidianamente formas plurais de constrangimento e violência, mas também que elas não tem oportunidades iguais de acesso à escola, aos serviços de saúde, à qualidade de vida, de um modo geral.

Sabemos o alto número de travestis que abandonam a escola devido à recusa dos educadores em lidar com o assunto e tomar como sua a responsabilidade de garantir um ambiente escolar livre da violência, do constrangimento e da discriminação.

Defendemos no curso o uso do nome social para as travestis que preferem se chamadas pelo nome feminino porque assim se sentem bem e essa é uma característica que tem que ser respeitada. Um tema mais polêmico é o uso dos banheiros ‘femininos’ pelas travestis e transexuais. Mas como deixar de considerar que elas são objeto de constrangimento tanto no banheiro masculino como no feminino? A Universidade do Estado do Rio de Janeiro publicou uma portaria que dava esse direito às transexuais e os seus alunos e alunas foram aprendendo, aos poucos, a lidar com uma nova realidade, a realidade de uma universidade que reflete um ambiente mais plural e democrático.

Outro tema controverso foi o ensino da história da África na escola, que nos levou a discutir o abuso do poder por alguns profissionais da educação que demonizam as crenças de matriz africana, demitindo, ameaçando ou forçando professores a ‘adequar conteúdos’. Na fase de conclusão do nosso curso, tivemos a possibilidade de avaliar os desafios de uma educação em direitos humanos.

Em primeiro lugar eu destacaria que, apesar das orientações normativas do Poder Público – de que tais políticas/ práticas pedagógicas precisam ser priorizadas - o tema dos direitos não tem existência concreta nos ambientes escolares. Poucos são os professores e outros profissionais que se interessam e não apresentam resistências a discussões desse tipo. Poucos professores apresentavam

falas de valorização da diferença, preferindo ancorar seu entendimento do problema da violência em um senso comum difuso que culpa as vítimas da violência que sofrem. Assim, foi frequente uma inversão nefasta. Um menino afeminado era visto como tendo desrespeitado o ambiente escolar e provocado uma reação supostamente legítima dos agressores. Também era comum o receio de abordar o tema da diversidade na escola e ‘incentivar’ os meninos a se tornarem gays e as meninas a se tornarem lésbicas. Participantes do projeto defenderam que o tema da homossexualidade só podia ser tratado em casos de violência já consumados, para não ‘promover’ a homossexualidade. Alguns casos isolados eram trazidos para o debate não como um problema coletivo, mas para buscar soluções individuais baseadas em questionamento do tipo: - como ‘ensinar’ meninos e meninas gays e lésbicas a não ‘afrontar’ pessoas comuns na escola, exibindo-se ou cultivando atitudes afeminadas (meninos gays) e masculinizadas (meninas lésbicas)?

Durante uma aula presencial fomos interpelados sobre como agir uma situação em que dois meninos foram surpreendidos se beijando no espaço escolar. Qual era o papel do educador no controle desse tipo de manifestação na escola? Argumentos sobre a precocidade da sexualidade infantil deslocavam a discussão da violência para o suposto desajuste apresentado pela criança ou jovem que – na opinião de alguns – demandava uma ação de correção. Nosso trabalho foi o de sinalizar para perspectivas plurais da sexualidade. Defender uma educação em direitos humanos que deve estar atenta a perpetuações de violências e ‘não é’ polícia do sexo. Devo chamar atenção que, felizmente, em uma baixa proporção – é claro – algumas dessas percepções foram alteradas, com cursistas revendo posições e passando a adotar um discurso alinhado à perspectiva da educação em direitos humanos.

Apesar do enorme esforço da equipe em distinguir categoria como “homossexualidade” e “homossexualismo”, o apego de alguns professores e professoras a essa última palavra assinalou as dificuldades em romper com uma visão patologizante. Já o tema das relações de gênero foi um pouco mais aceito, com cursistas reconhecendo a escola como um ambiente em que predominava a violência. Havia meninos que batiam nas meninas porque reproduziam formas de violência vividas no ambiente doméstico. Apesar disso, os participantes reconheciam também que são muito raras – quase inexistentes - intervenções dos educadores no sentido de alterar essas formas de opressão.

Outro fato que nos chamou atenção foram manifestações de sexismo por cursistas, tanto professoras como professores, ao lançar mão de rótulos que opõem sujeitos que devem ter direitos e outros que não. A sexualidade feminina foi essencialmente fixada nas dimensões da família, da reprodução, da maternidade e da contenção do sexo. Assim, circularam discursos que enfatizavam que há mães e esposas em oposição às mulheres “vulgares” e “sensuais”, que “não se valorizam” e “denigrem” a imagem feminina. Não foram poucas as colocações de que os Direitos Humanos deveriam promover sim os valores da família e da religião. Também foi evidente a dificuldade de

discutir temas como HIV/AIDS ou prostituição, sob a percepção de que esses não são tópicos que afetam a escola. Muitas vezes essa recusa se manifestava na absoluta indiferença e silêncio.

Observamos a rejeição da diversidade religiosa diante da veemente insistência dos participantes em afirmar a universalidade do cristianismo e a legitimidade do ensino religioso cristão. O racismo foi considerado um tema menor, embora eles reconheçam que há crianças que se incomodam com a presença de crianças negras na escola, evitando ou recusando-se a sentar ao seu lado das mesmas. Contudo, isso não é interpretado por alguns como expressão de racismo porque não haveria a ‘intenção’ de ‘magoar’. Outros percebem o problema, mas manifestam certa perplexidade, alegando não saber como agir.

Trago esses resultados para pensarmos juntos os desafios de promoção dos direitos humanos numa perspectiva da educação. Lidamos muitas vezes com repúdios ancorados em valores religiosos, mas também em ‘outras’ convenções sociais que também são crenças arraigadas, difíceis de desconstruir. Desse modo, não há como falar em direitos humanos sem desestabilizar percepções naturalizadas de religião, gênero e sexualidade - que respaldam formas de violência cotidianas.

O que esse projeto deixou claro é que há formas de repúdio da diferença mais explícitas, outras mais veladas. Nem sempre as resistências são tão evidentes e se apresentam em silêncios e na recusa da visibilidade ou da existência da diferença. Vou citar um exemplo.

Durante o curso, participei de uma reunião de educadores que discutiam um projeto muito interessante de alfabetização de jovens e adultos à distância. O coordenador apresentou o material didático, que era dinâmico, empregava muito bem as animações e recursos virtuais, explorando também uma linguagem descontraída. Nessa descontração, uma personagem cega foi representada em tom de humor – o que já me chamou atenção, pois piadas são frequentemente empregadas para reproduzir estereótipos e perpetuar hierarquias.

Faço uma pergunta a vocês: é difícil identificar racismo em piadas sobre negros ou xenofobia em piadas sobre ‘nordestinos’? Se entendemos o preconceito como ideias e percepções que inferiorizam o outro todo cuidado é pouco. Principalmente diante de materiais didáticos, cujo poder de formação é tão potente.

Lá pelas tantas, resolvi perguntar ao expositor sobre a ausência de pessoas LGBT no mesmo, pois via contemplada uma ampla gama de atores sociais: homens, mulheres, idosos, jovens, deficientes (mesmo numa visão caricata). Mas o silêncio sobre a diversidade sexual me chamava atenção. Então obtive a seguinte resposta: “nós nem pensamos nisso! Na verdade, nós construímos o material com aquilo que era mais comum, cotidiano e corriqueiro”.

Quando nosso colega faz essa colocação, deixa em evidência o modo como muitas vezes naturalizamos as normas sociais que nos são impostas e continuamos negando a existência das minorias.

Achamos que existem poucas travestis na escola, mas não estranhamos que essa ausência é fruto de processos de exclusão com os quais compactuamos. Achamos que não existem deficientes ou pessoas com HIV em nosso convívio. E com nossas atitudes colaboramos para sua invisibilidade social. Mas o que sabemos sobre essas pessoas? O que fazemos para tornar a escola – do ensino fundamental à universidade - um lugar mais aberto à diversidade, colaborando para minimizar as hierarquias sociais e desigualdades? O que fazemos de fato para ‘incluir’? Se ‘antecipamos’ que essas minorias não existem no ambiente escolar, não desenvolvemos projetos de acessibilidade e desse modo ensinamos preconceito. Afirmamos que as travestis não se interessam pelo estudo, não chegam à universidade e, assim, perpetuamos desigualdades de oportunidades. Essa atitude, aparentemente inocente, de não enxergar a diversidade, leva à perpetuação de insidiosos mecanismos de exclusão.

O que me chamou atenção na fala de nosso colega é o modo como nós, educadores, podemos considerar comum e natural a invisibilidade da diferença. Colaboramos assim para a padronização e reprodução das normas que tanto questionamos. Mas o que fazer? Como fazer? Nosso projeto tem lidado permanentemente com essa pergunta e fazemos dela uma constante inquietação.

Primeiramente precisamos discutir melhor a própria ideia de educação em direitos humanos. Quando falamos em “Educação em Direitos Humanos”, partimos do pressuposto de que independente das diferenças que nos caracterizam somos todos iguais enquanto “pessoas” – negros, brancos, mulheres, transexuais, muçulmanos, católicos, evangélicos, adeptos de cultos afro-brasileiros, etc.

Partilhamos da convicção de que estas diferenças, longe de representarem um “problema”, são algo que deve ser valorizado. A diversidade de formas de ser, pensar, agir, não deve ser vista como um empecilho à construção da igualdade e do respeito mútuo, mas como um recurso precioso a ser valorizado.

Por esse motivo, uma de nossas preocupações é com a crítica dos materiais didáticos e das ideologias que eles carregam. Um livro didático nunca é um apenas um livro. Mas um mosaico de silêncios, estereótipos, concepções naturalizadas das diferenças de raça e etnia, de orientação sexual, de gênero. Entendemos que silenciar sobre pessoas com deficiência, sobre negros e indígenas, sobre pessoas e famílias gays, sobre lésbicas, travestis e transexuais é sinal de preconceito, é negar a sua existência e colaborar para violações.

Por aí, percebemos como falar em educação em direitos humanos é difícil e exige estratégias criativas. Esperar que problemas se autorresolvam sem nossa intervenção não é a postura de um educador em direitos humanos. Nossa perspectiva prioriza a transformação das desigualdades e opressão. Isso exige tomada de posições.

Vou citar mais um exemplo. Vejamos a seguinte situação. Um educador nos diz entender a recusa de seus alunos em aceitar a homossexualidade de um colega de classe. O seu aluno dizia

‘respeitar os homossexuais’, mas não gostar deles. O educador, então, se via diante do seguinte dilema: tinha que respeitar a opinião do aluno homofóbico. Não podia ‘obrigar’ uma pessoa a gostar de um homossexual. Sua liberdade devia ser ‘respeitada’. O que me incomoda nessa atitude é o fato do educador não estranhar esse ‘não gostar’. O que será que está por trás desse desafeto tão naturalmente ‘declarado’? Ele não poderia se converter em injúria ou violência, se não for trabalhado? Porque naturalizar posturas como a desse aluno hipotético – mas real em muitas classes? O correto não seria, junto com ele, refletir onde se localiza a origem do ‘não gostar’? Essa postura traduz um senso de superioridade moral que precisa ser desconstruído e pode ser alterado pela convivência próxima com a diferença.

Esse senso comum de que, no fundo, há algo ‘errado’ em ser mulher, ser negro, ser deficiente, ser gay ou lésbica, pode ser trabalhado pelo educador que não naturaliza o preconceito. Quem afirma não gostar de negros está dizendo que deseja perpetuar a sujeição do outro, manter intocados certos privilégios que brancos detêm sobre negros. Do mesmo modo, como podemos discutir acessibilidade com quem diz ‘não gostar de deficientes’? Como podemos garantir o acesso à saúde pelas transexuais, se no serviço de referência, há pessoas que dizem ‘não gostar’ delas? O que fazer quando nossas crianças dizem não gostar de uma pessoa porque ela é negra ou indígena? Ou obesa?

Entendo que a postura correta é criar um espaço de convivência e pontes entre as diferenças, para que - pelo diálogo e abertura - ‘opiniões’ como essa possam ser transformadas. E essas pessoas se tornem multiplicadoras dessa transformação. A educação em direitos humanos é transformadora – e não pode ser de outro modo. O educador em Direitos Humanos não deseja deixar tudo como está, mas anseia pela construção de um ambiente coletivo plural, de respeito e liberdade – para todos, sem restrição. Isso exige ‘tomadas de posição’.

Por exemplo, é produtivo aqui distinguir conflitos de violência. Reconhecemos a dimensão produtiva dos conflitos. Eles podem apontar a desestabilização de normas culturais. Por outro lado, a violência é violação de direitos humanos, incluindo o direito à integridade física e psicológica.

Alguns educadores diriam que a solução está na difusão de uma cultura de paz. Mas que paz podem ter pessoas agredidas, objetos de injúria, sujeitadas, cotidianamente em suas diferenças? Os conflitos podem e devem ser mediados. Mas a ideia da cultura de paz nem sempre é o melhor caminho. Sobretudo porque ela às vezes é envolta numa percepção de que pelo cultivo de um ethos cristão as tensões se resolveriam. E nós sabemos que percepções religiosas muitas vezes mais incitam o preconceito do que embasam sentimentos de respeito e tolerância. Pelo menos, temos observado como a suposição de que a oração do “Pai nosso” é universal pode engendrar tensões na escola. Afinal, e os direitos de não expressar nenhuma crença?

Agora vou sair da percepção dos professores, para um caso real. Acompanhei no Rio de Janeiro o relato de um jovem gay. Ele foi vítima de uma surra que o deixou praticamente desfigurado. Após

inúmeras cirurgias, numa ocasião pública (em uma reunião de educadores), ele contou o modo como a escola procedera diante do fato.

A diretora se recusara a apoiar uma denúncia, culpando-o pela agressão que sofrera no ambiente escolar. Ele, afeminado, sabia que os colegas eram preconceituosos: porque ‘exagerara’ em seu comportamento? Porque exibia sua feminilidade e assim provocava àqueles que ostentavam sua masculinidade tão orgulhosamente? Posturas como essa são muito comuns nas escolas, revelando as resistências de educadores para lidar com questões de direitos humanos.

Sabemos que as realidades locais do Estado do Ceará – o estado mais católico do país - exigem estratégias específicas. E estamos aqui para - em conjunto - pensar nessas estratégias. Sem dúvida precisamos implantar mecanismos de monitoramento de violações dos direitos humanos. Precisamos incentivar pesquisas, mapear quais políticas públicas de proteção estão sendo implementadas, acompanhá-las, sistematizar e organizar bancos de dados, realizar estudos de caso, comparar contextos, inventariar legislações existentes, criar articulações em redes e incentivar o advocacy, produzir conhecimento científico que permita uma atitude reflexiva.

É preciso inventariar as realidades locais e os obstáculos e resistências, bem como as facilidades para a efetivação dos direitos humanos. Que mudanças estão em curso na sociedade brasileira que assinalam para perspectivas de justiça social? Por outro lado, onde estão os núcleos de resistência, as formas de persistência da rejeição e desqualificação da diferença?

Em termos desse inventário local nosso projeto tem tido alguns resultados. Conduzimos um curso à distância em Direitos Humanos para professores da rede pública num Estado em que a exclusão virtual de alguns professores é uma realidade. Como lidar com isso? Como oferecer recursos, treinamento e capacitação para garantir o acesso a essa experiência? Por mais óbvio que possa parecer esbarramos em limitações como a dificuldade de acesso a linhas telefônicas e à Internet (de banda larga), a inabilidade de alguns cursistas no manuseio dos equipamentos, em alguns municípios do interior. Muitos deles contaram com a ajuda de filhos, netos e outros aparentados para aprender a ligar o computador, acessar o sistema e manusear seus recursos.

Descobrimos resistências locais de agentes do poder público, que mostraram pouca disposição em acolher nossa ida aos interiores para ministrar aulas presenciais, muitas vezes deixando a mensagem sutil de que nossa presença não era bem vinda. Tivemos professores acusados de serem gays ou lésbicas e desqualificados. Alguns alunos repararam nos cabelos crespos de uma tutora e a aconselharam, numa aula presencial: “professora, a senhora fica bem melhor na foto de cabelo preso”. Outros, se recusaram a concluir o curso, quando confrontados em seu universo de valores com a perspectiva da educação em direitos humanos. Nos movemos nesse universo de descobertas para pensar os melhores caminhos para a promoção dos direitos.

A efetivação dos direitos humanos passa pelo reconhecimento da vulnerabilidade que afeta diferencialmente certos sujeitos. Mas há mais. É preciso ainda pensar que certas vulnerabilidades se entrecruzam. Convido vocês a pensar as desvantagens sociais de ser negro, deficiente, gay, lésbica, travesti. Mas vamos complicar um pouco mais. De ser lésbica, negra e pessoa com HIV. Ou de ser deficiente, pobre e homossexual. Ou de ser travesti e evangélica. Sem dúvida, devemos pensar o modo como essas desvantagens se interseccionam (MCCLINTOCK, 2010). Por outro lado, se há sujeitos em desvantagem, há outros em situação de privilégio.

Esses privilégios são criados com base em critérios artificiais de normalidade e superioridade cujos impactos sobre as pessoas precisam ser discutidos. Por exemplo, há um relativo percentual de pessoas que se matam por conflitos ligados a sua homossexualidade. Essa vulnerabilidade aumenta em caso de gays, lésbicas e travestis que foram criados em igrejas católicas ou evangélicas, devido ao sofrimento de se perceber como objeto do ódio de Deus. Eu mesmo, durante um trabalho de campo em uma igreja voltada para o público gay e lésbico, em 2010, tive notícias do suicídio de dois rapazes com quem convivera e conversava. Por esse motivo, estou certo de que há muito a ser feito em defesa dessas minorias. E isso só será possível por meio da desestabilização de algumas certezas que embasam a heteronormatividade.

Aconselho que todos os interessados no tema que mencionei vejam um filme chamado *Preces para Bobby*. Ele trata das relações entre religião e homossexualidade e descreve o fim de alguns jovens que vivem esse dilema. A solução encontrada por Bobby é o autoextermínio, o suicídio. Quando a mãe do rapaz, uma religiosa homofóbica, encontra o seu diário, após a sua morte, ela descobre de modo muito doloroso, que Bobby só queria uma coisa: ser ouvido, considerado, respeitado, amado, ser feliz ao lado de outro rapaz. A mãe, então, dilacerada pela dor, inicia uma cruzada em defesa dos direitos de gays e lésbicas e contra a homofobia religiosa que não apenas desconsidera os LGBT, mas deseja que estes não existam.

Mas o que está em jogo em tudo que discutimos aqui? Vou responder ao reportar ao trabalho da socióloga Henrietta Moore, quando ela discute sobre fantasias de identidade e de poder (MOORE, 2000). Essas fantasias são expectativas de poder e controle com as quais nos deparamos ao longo de nossa trajetória e frente às quais construímos nossa subjetividade. Nossa percepção de nós mesmos é profundamente marcada pelo modo como imaginamos como os outros nos veem. É nesse jogo intersubjetivo que produzimos sentidos para nossa diferença, positivamente ou negativamente. Por isso, o racismo, a homofobia e outras expressões da intolerância marca tanto as pessoas, podendo levar a sentimentos negativos de si. Um xingamento, uma injúria, produz a inferioridade do outro, cria sujeitos de segunda categoria. Eles tem sentido performativo. Uma pessoa vítima do racismo sabe muito bem como é ser inferior.

Toda vez que uma pessoa se sente incomodada com a expressão pública do afeto entre pessoas do mesmo sexo essa é uma fantasia de poder e controle. Talvez eu não cultive a fantasia de poder de que todos devam ser homossexuais e por isso não me sinta agredido quando pessoas heterossexuais se beijam no espaço público – desde que não cometam atentado ao pudor, é claro. Posturas de preconceito ou discriminação revelam que existem pessoas que querem manter certas estruturas de poder intactas. Estão apegadas, agarradas aos seus privilégios e não suportam a ideia de que possam ter que rever seus conceitos e viver uma sociedade mais aberta.

A escola reflete esse apego a privilégios. Vocês se lembram do episódio que envolveu a aluna Geysa, na Unibam? Não nos lembramos nem de seu sobrenome. Ela ficou conhecida como “Geysa da Unibam”. Vou refrescar a nossa memória.

Nossa querida Geysa passou pelos corredores de uma universidade particular com saias curtas e brincou sensualmente com os rapazes. Ela teve uma atitude normalmente atribuída aos meninos de uma escola, afinal, de mulheres, parece que ainda espera-se recato e docilidade e não autonomia e iniciativa quando o assunto é sexualidade.

Geysa apareceu em um amplo debate público após ser objeto de toda sorte de injúrias, xingamentos e humilhação. Teve sua dignidade atacada por diferentes personagens nessa cena: jovens garotas disseram reprovar seu uso vulgar de roupas e gestos; rapazes afirmaram não conseguir se conter ante suas investidas sexuais. Agentes da escola disseram que ela desrespeitou o ambiente escolar. À Geysa foram dirigidos insultos banalizados, em nome dos valores e convenções que ela confrontou. A administração escolar proferiu nota pública de repúdio à aluna, culminando por expulsá-la da escola. O sexismo institucional é visível na nota publicada no site da organização. Nele, a instituição argumenta que promoveu uma sindicância para apurar o ocorrido e que a expulsão de Geysa diz respeito ao compromisso com atitude e não complacência. Geysa foi responsável por sua agressão ao frequentar as dependências da unidade em trajés inadequados; ao se recusar a modificar seu comportamento; ao se expor e incitar “apelos dos alunos” – o que quer que isso queira dizer. Teve uma atitude provocativa e se recusou a completar sua vestimenta. Geysa, então, foi desligada da instituição “em razão do flagrante desrespeito aos princípios éticos, à dignidade acadêmica e à moralidade”.

O episódio Geysa não lhes causa espanto? A história de Geysa foi trazida para ponderarmos que uma luta contra o racismo e o sexismo é a mesma luta contra a homofobia, contra a intolerância religiosa, contra a criminalização da pobreza e da juventude. E em todos esses casos, estamos diante de fantasias de poder e de identidades. Pessoas que se julgam superiores às outras advogam a si o direito de serem reconhecidas socialmente como superiores. Elas estão agarradas a essa fantasia de identidade que autoprolama a sua superioridade. Mas vou repetir e insistir num ponto: qual o impacto dessas fantasias de identidade na vida cotidiana das pessoas? Que diabos isso tem a ver com educação em direitos humanos?

Para ilustrar essas fantasias de identidade vou citar um caso recente. Criou-se há pouco tempo a Associação de Juristas Evangélicos, ANAJURE, cuja missão é apresentar publicamente sua luta contra o reconhecimento das conjugalidades homossexuais. A homossexualidade é apresentada, nessa cruzada moral, como “uma total inversão do sentido jurídico-político e histórico” da família. Advoga-se em defesa dos direitos humanos ligados à família e à igreja. É claro que essa é uma reação à tão celebrada decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Essas fantasias de identidade, autoritárias, totalitaristas, falam menos de religião do que de estruturas de poder que se deseja manter intocadas. Essas pessoas lutam pela manutenção do privilégio absoluto de expressar seu afeto em espaços públicos, de formar laços familiares, de constituir patrimônio legal, de casar e ter a bênção divina, de acesso aos sistemas de educação, dentre muitos outros.

Quando negam os direitos das minorias estão afirmando sua superioridade em face da diferença do outro. E aceitamos tudo isso como se não fosse problema nosso. Até desculpamos a homofobia como se fosse uma questão de liberdade de crença. Vocês não acham muito sério um educador ameaçar um jovem com a danação eterna apenas porque ele exibe os traços de sua feminilidade? Porque um jovem afeminado tem que se adequar às fantasias de identidade totalitárias desse profissional que mistura, de modo inaceitável e espúrio, religião e sua profissão? Quais os impactos dessa imposição na subjetividade de jovens e adolescentes que ‘aprendem’ de modo dramático que seus desejos são expressão de forças demoníacas?

Hoje reconhecemos que exaltar a cor branca pode ser uma atitude tão preconceituosa quanto proferir um xingamento. Tentem imaginar o quanto pode ser desagradável eu começar a dizer a vocês agora como é bom e melhor ser branco do que negro, carioca do que cearense, macho do que fêmea. Exaltar uma diferença é desqualificar a outra. É realçar o status inferior do outro. Por esse motivo, educadores só podem promover o respeito à diversidade afirmando o valor positivo – não superior – de uma diferença. Ser heterossexual é tão bom e legítimo quanto ser homossexual. Ser adepto da umbanda e outras crenças de matriz africana é tão legítimo como ser cristão ou ser ateu.

Não considero que religiosos sejam essencialmente homofóbicos. Há inúmeras e plurais perspectivas religiosas, diferenças doutrinárias, teológicas, cosmológicas. Temos tanta diversidade religiosa como sexual. Cada religião teria algo a dizer sobre sexualidade. Hoje existem, por exemplo, as igrejas gays e lésbicas que compreendem a homossexualidade como uma bênção divina, uma graça especial concedida por Deus a algumas pessoas para aprendizados espirituais de tolerância e amor. Mas sabemos que o ideal da liberdade sexual se confronta com alguns preceitos doutrinários e dogmáticos de certas religiões. O fato é que o ambiente escolar é atravessado por essas tensões.

Alguns segmentos cultivam suas crenças na ‘abominação’ da homossexualidade. Elas podem fazer isso no espaço restrito de seu templo. Quando o assunto é a escola a conversa é outra. Deve-se assumir uma posição laica. Nenhum educador, funcionário público ou de instituição privada pode fazer uso de sua posição de poder para impor suas crenças, fazer proselitismo e violar direitos.

REFERÊNCIAS

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, travestismo e domesticidade*. Unicamp: Editora da Unicamp, 2010.

MOORE, Henrieta. “Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”. In: *Revista PAGU* (14), 2010, p. 13-44.

*Palestra de abertura do V Encontro de Pesquisa e Extensão
da Faculdade Luciano Feijão (FLF),
realizada no dia 27 de novembro de 2012, em Sobral-CE.*